

Este texto corresponde à seguinte citação

Teixeira, José (2019). “Decálogo de clichês mais ou menos enganadores sobre a língua portuguesa”, in Ferreira, António Manuel; Morais, Carlos; Brasete, Maria Fernanda; Coimbra, Rosa Lúcia (2019) *Pelos Mares da Língua Portuguesa 4*, Universidade de Aveiro Editora, pp 373-387.

Decálogo de clichês mais ou menos enganadores sobre a língua portuguesa

JOSÉ TEIXEIRA

CEHUM, Universidade do Minho

Centro de Linguística, Universidade Nova de Lisboa

1. A alteração das perceções sobre o português

Nas últimas três ou quatro décadas de anos foi possível assistir a uma transformação radical na perceção que os portugueses (vamos simplificar, generalizando) tinham sobre a língua que falam. De um país essencialmente rural, tecnologicamente atrasado, condenado pela sua organização colonial fora de tempo, como era Portugal antes da implantação do regime democrático nas vésperas dos anos 80 do século XX, passamos, com a inserção europeia, a ver-nos fazendo parte de uma potência económica e cultural, a Europa. A modernização tecnológica e cultural do país, o surgir de novas universidades por toda a territorialidade, a independência dos países africanos que escolheram o português como língua oficial (e mais tarde Timor), tudo isto contribuiu para que a língua portuguesa desempenhasse um novo papel nas instâncias internacionais e começasse a ser olhada de forma diferente do que era até aí: a língua de um pequeno e pobre país.

E, neste contexto, reforçam-se algumas conveniências: no Brasil, com 200 milhões de pessoas, também se fala o “mesmo” português. Todos juntos, poderíamos ter realmente uma língua “forte”. A constituição da CPLP, as tentativas, sobretudo desde 1986, de haver uma escrita unificada tornam visível a vontade política de projetar o português como língua no panorama internacional. E até o petróleo veio ajudar: a descoberta de que as maiores jazidas de petróleo e gás natural do futuro se encontram em vários países (Brasil, Angola, Timor, Moçambique) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) contribuiu para popularizar a ideia de que o português será uma das principais “línguas do petróleo” e portanto uma “língua de negócios” do século XXI (Reto 2012). É simbólica a capa da revista *Monocle* (Volume 6, outubro 2012) que escolhe para tema “Generation Lusophonia: why Portuguese is the new language of power and

trade”. A crescente visibilidade, em muitos países, da presença do português nos respectivos sistemas de ensino, com destaque para a gigantesca China, reforça a percepção pública do interesse internacional pelo português.

A representação social dominante a nível popular do “portugais, langue des ouvriers” vai sendo paulatinamente substituída por uma outra que os média ajudam a divulgar, a do português como língua com interesse e implantação internacional¹.

Pode parecer, dito isto, que a alteração da percepção coletiva sobre a língua portuguesa contribuiu para uma consciencialização social mais realista e partilhada sobre o tema. Mas não. O interminável e por vezes radical debate (e tomadas de posição) que o Acordo Ortográfico (AO) de 1990 suscitou e continua a suscitar demonstra precisamente o contrário. É que nem todos entendem ser o mesmo o referente para o termo “língua portuguesa” ou “português”. E como a esmagadora maioria apenas possui conhecimentos intuitivos, naïfes (ingênuos, se se preferir) sobre os fenómenos da linguagem, há enorme divergência sobre o que é e como será a melhor forma de navegar os mares da língua portuguesa.

2. Adamastores e Vénus na navegação da língua

O intenso e emotivo debate sobre a aplicação do AO 1990 demonstra a essência das várias percepções sociais sobre a língua. E como elas são diferentes, nem todos pensam o mesmo sobre o que é o “Português” e a melhor forma de o “proteger” e “defender”, de nele “navegar”, para usar a metáfora dos mares. E nesta navegação, o que uns acham serem Vénus auxiliaadoras, para outros são Adamastores terríficos que destruirão a língua portuguesa, tal como a entendem. Por isso, por exemplo, o AO para uns será uma forma de projetar internacionalmente o português, enquanto para outros será a destruição do mesmo. Para uns, o peso numérico e o charme brasileiro serão a Vénus da projeção internacional da língua, enquanto para outros a “brasileirização” do português é o grande Adamastor que se deve enfrentar. Para outras opiniões, o português a impor-se deve ser a língua que Camões e Pessoa cultivaram, e não ceder perante a forma vulgar de a usar, que os Adamastores tecnológicos como o *Facebook* e a internete, em geral, estão a permitir.

Nesta ânsia de, genuinamente, cada um defender a “sua” língua portuguesa, muitos equívocos se referem, muitas ideias aparentemente inquestionáveis se esgrimem e muitas meias verdades se atiram para o debate. Mas como terá dito Millôr Fernandes, “o perigo de uma meia

¹ Não há muitos anos (uma década, talvez) testemunhei a admiração de uma mãe de aluna da Universidade do Minho, emigrante em França, perante a possibilidade de alguém estrangeiro querer estudar Português. É sabido que neste país, entre a comunidade portuguesa, muitos pais não queriam que os filhos aprendessem português porque não viam qualquer utilidade desta língua como instrumento de trabalho ou comunicação internacional.

verdade é você dizer exatamente a metade que é mentira”. Convém, por isso, para um debate fundamentado sobre a língua portuguesa, saber, em cada uma das meias verdades que se costumam ter como certas, qual é a metade que não é assim tão verdadeira.

3. O Decálogo escolhido das meias verdades

Nada do que se vai dizer é novidade a nível científico. Mas a relevância da argumentação justifica-se precisamente por isso: conhecimentos e dados sobre as línguas, ou sobre o português em concreto, que evidenciam que muito do que se argumenta ou se tem como evidente sobre a questão da língua portuguesa e respetiva defesa pode e deve ser questionado e não se aceitar tudo o que, à força de repetição, passa por verdade inquestionável. Trata-se, assim, de apenas uma tentativa de combater algumas das imprecisões mais irritantes sobre a língua portuguesa, por vezes acriticamente repetidas.

Poderá haver quem pense que as mundividências acientíficas sobre as línguas são tão generalizadas que não vale a pena perder tempo com elas. Ou, então, que quem toma as decisões políticas sobre a língua é bem aconselhado e não se deixa influenciar por elas. Mas é puro engano. Se há certas vozes que não devem chegar ao céu, quando as vozes são muitas e se repetem, há a tentação de quem decide acabar por fazer o que a maioria pede ou propor o que a maioria acredita ser verdade.

Por outro lado, a consciencialização da importância do português no panorama internacional parece ter levado uma certa visão coletiva portuguesa da disforia à euforia: e fala-se do português como língua internacional, como língua pluricêntrica, como língua que “demos” ao mundo, como uma língua especial, diferente (para melhor, claro) das outras. Por isso, este texto também tem como objetivo deitar alguma água em fervuras excessivas sobre a língua portuguesa.

Na verdade, muitas vezes, parece que defender a língua é repetir um coro de pseudolouvouros e lugares comuns que, se bem analisados, pouca sustentação, na realidade, possuem. Fica-se com a sensação de que, quando se trata da língua, mesmo quem possui apenas conhecimentos rudimentares a nível técnico ou histórico sobre os assuntos acha a sua opinião tão fundamentada como qualquer outra. Por isso, é comum encontrar quem fale de questões de língua sem saber verdadeiramente sequer o que é uma língua. Para “opinar” sobre física subatômica, a maior parte das pessoas resguarda-se achando que a sua opinião pode não ser fundamentada. Mas para opinar sobre a língua, as fundamentações não são vistas como necessárias. Se usar a língua é uma coisa natural, como respirar, toda a gente parece saber tudo sobre o que ela é... As questões linguísticas são tratadas, desta forma, com a cientificidade da astrologia. Por isso, não faltam

astrólogos de Ciências da Linguagem e os “Professores Karamba” das políticas linguísticas sobre o português.

Não se pense que é apenas no pensamento folclórico popular que aparecem os conceitos distorcidos sobre a língua portuguesa. Temos uma longa tradição académica que pretende ver no português uma língua especial, muito melhor do que as outras:

A língua portuguesa é o mais opulento de todos os idiomas. Esta afirmação tem sido feita por reconhecidas autoridades; e todos o podemos verificar comparando com o nosso dicionário o de qualquer língua estrangeira. (Leão 1922, p. 5)

Se afirmações como esta nos parecem hoje ridículas, mantêm-se, no entanto, alguns lugares comuns que ciclicamente se evocam, no suposto que com eles se defendem outras singularidades do português, que muitas vezes não passam de equívocos que fazem mais mal do que bem para uma correta perceção do papel do português nos dias de hoje. São alguns desses lugares comuns (escolhemos 10 “meias verdades”) que aqui queremos questionar.

3.1. Meia-verdade 1. *A Academia portuguesa escreve e fala em português*

O primeiro aspeto não verdadeiro é que, em verdade e rigor, não temos uma Academia-de-Portugal (não sei se não estará na altura de fundar uma): temos a Academia de Ciências de Lisboa (não de Portugal). Será bairrismo provinciano desejar que uma política para a Ciência não a queira apenas identificada com Lisboa, mas extensiva a todo o país? Pode dizer-se que é apenas um pormenor a identificação com Lisboa, mas é um pormenor significativo da força de uma mentalidade deslocada da atualidade e que ainda tem como subjacente o quadro mental da frase falsamente atribuída a Eça de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem.

Este menosprezo por tudo o que não seja lisboeta e supostamente cosmopolita, o basbaque perante o estrangeiro, contribui, certamente, para o pouco apreço que a Academia portuguesa tem manifestado pelo português como língua de ciência. Os organismos públicos ligados à ciência (FCT, Universidades, investigação/publicações científicas) privilegiam nitidamente a comunicação em inglês. A questão, note-se, não está em negar a evidência de que o inglês é hoje, verdadeiramente, a única língua internacional e de que a ciência é preferentemente veiculada em inglês. E a ciência portuguesa, para ter projeção internacional, também tem de seguir este caminho. A questão é outra: será sempre vantajoso publicar ciência apenas em inglês em todos os domínios? Não haverá temáticas que deveriam justificar serem abordadas em português? Não é ridículo assistir-se numa sala, apenas com portugueses e brasileiros, num congresso sobre a língua portuguesa, abordar-se uma temática de língua portuguesa estando o orador português ou brasileiro a falar inglês (para portugueses e brasileiros) para dar uma pseudossensação de internacionalização?

A questão de o português ter de ser uma língua de ciência (Teixeira 2016) é fulcral para a língua, para o seu prestígio e para a respetiva dimensão como língua global. E desengane-se quem pensa que, sobretudo nas áreas mais ligadas ao português e às culturas a ele veiculadas, é sempre melhor escrever em inglês. Está por fazer essa prova. Antes pelo contrário, os dados que se vão conhecendo mostram que quando a temática é a língua portuguesa, os textos em inglês não têm uma projeção por aí além... Pela minha experiência pessoal posso confirmar isso com números. Nos meus artigos colocados no *Repositorium* da Universidade do Minho, comparando os *downloads* de um artigo em inglês com os outros mais ou menos da mesma altura, escritos em português, estes têm imensamente mais procura do que aquele (ver Tabela 1).

Tabela 1

Ano	Título do artigo	downl ²
2003	<i>O q é q é + importt n1 msg? : mensagens sms e novos usos da escrita</i>	5015
2004	<i>Frente/trás (front/back) : space and its verbalization : the Portuguese case</i>	277
2004	<i>O equilíbrio caótico do significado linguístico</i>	2255
2005	<i>Organização conceptual das categorias e a lexicalização de um protótipo (fruta)</i>	1667
2006	<i>Globalização, novos cosmopolitismos e a anunciada morte das línguas</i>	1157
2006	<i>Norma linguística e erro : uma abordagem cognitiva</i>	3924
2007	<i>Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal</i>	5266

Obviamente nada disto deve ser visto como a defesa da autocontemplanção de escrever-se ciência em português. Há áreas em que é muito difícil não usar o inglês. E mesmo nas ciências humanas, há circunstâncias em que a melhor estratégia poderá ser escrever em inglês. Mas nem sempre. É que uma língua que não sirva para veicular os estudos sobre ela mesma e sobre os mecanismos comunicativos que ela suporta não poderá ter grande futuro neste mundo de comunicação global.

3.2. Meia-verdade 2. “Da minha língua vê-se o mar”

Como se compreende, nas declarações de amor, nem sempre uma bela frase tem de ser completamente verdadeira. “Da minha língua vê-se o mar” é uma bela declaração de amor à língua portuguesa de Portugal, feita por Vergílio Ferreira em 1991, na cerimónia em que lhe foi entregue o Prémio Europália.

Tem, contudo, um senão: a beleza da sua poeticidade reduz este português ao português de Portugal, melhor, a uma visão muito recortada da relação entre a língua e as vivências históricas sentidas por uma determinada classe culta, conhecedora da epopeia marítima dos portugueses e dos relatos literários sobre a mesma. Esta visão recupera o mito de que cada língua se liga de uma forma especial a uma cultura e a um povo, de que cada língua induz uma visão diferente do mundo.

² Downloads por artigo em 07/06/2018.

Assim, o português aparece como uma língua de valências únicas, sendo uma delas a suposta relação especial e privilegiada com o mar.

Esta visão da língua portuguesa é apenas a de uma determinada elite conhecedora da história do país, mas não a de quem sempre viveu longe do mar e não tem conhecimentos sobre a história marítima portuguesa. Como digo em outro texto sobre este assunto, da língua portuguesa da minha avó não se via o mar (Teixeira, 2016).

É que esta bela frase é uma pincelada com que se pinta, sobretudo, a língua da expansão portuguesa. Que nós, portugueses, podemos e devemos assumir, mas que temos que ter a consciência que não retrata a globalidade do que hoje é o português, língua pluricêntrica. Veja-se como implicitamente a passagem contextualizada no discurso de Vergílio Ferreira remete para esse português-dos-portugueses-descobridores:

com a língua portuguesa realizámos **[nós, os portugueses]** oito séculos de uma bela literatura, deixando nela a memória do que foi fundamental para a modernidade europeia. [...]. **A alma do meu país** teve o tamanho do mundo. Estamos celebrando a **gesta dos portugueses** nos seus descobrimentos. Será decerto a altura de a Europa celebrar também o que deles **[descobrimientos dos portugueses]** projectou na extraordinária revolução da sua cultura. Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e de ser nela pensamento e sensibilidade. Da minha língua vê-se o mar. (Vergílio Ferreira, “A voz do Mar”)

Esta visão é suportada pela equivalência língua-país-alma nacional e facilmente descai para a crença de que os habitantes do país da língua têm direitos de controlo e posse sobre a mesma e de que a nossa língua é melhor do que as outras (pelo menos em alguns aspetos que consideramos importantes). Mas, como a este respeito, diz Onésimo Almeida,

A língua é mais um reflexo, ou espelho, do que coletivamente somos, do que o inverso. Noutras palavras, não somos o que somos por causa da língua que falamos, e a nossa língua não é melhor do que as outras naquilo em que não formos melhores do que os outros. (Almeida 2016, p. 136)

3.3. Meia-verdade 3. “*Minha pátria é a língua portuguesa*”

Talvez seja este o mais tocado de todos os supostos hinos laudatórios do português³, embora bastantes vezes mal citado do texto de Fernando Pessoa/Bernardo Soares (citado como “A minha pátria” ou mesmo adulterado “A minha pátria é a **minha língua**”). Seja, no entanto, qualquer a forma como aparece citada, a frase costuma causar sucesso e satisfação suficiente, porque aciona mitos agradáveis como o da ligação específica da língua a uma cultura e a um povo (Portugal).

³ “Haverá provavelmente poucas frases de Pessoa tão citadas como essa do heterónimo Bernardo Soares. Servido tem ela de glosa e enfeite em tanto discurso político, como usada tem sido nos mais díspares contextos, o que aliás vem acontecendo com o seu próprio autor. Não raro também foi argumento delirante para a superioridade poética da língua portuguesa que um génio como Pessoa bem cedo na sua vida teria conseguido discernir.” Almeida 1987, p. 37

Não é frequente, no entanto, inserir a frase no seu contexto. Ela é complementada pela afirmação “Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente”: o implícito fundamental da frase é “não me importo que invadam Portugal, desde que não invadam a língua portuguesa, já que a minha verdadeira pátria não é o espaço territorial, mas a língua.”

Aqui a expressão “língua portuguesa” costuma ser entendida como sendo a língua portuguesa na sua globalidade, enquanto sistema de comunicação, a língua oral e escrita que nós portugueses falamos e usamos. Só que não é este o sentido que a expressão tem e que Pessoa lhe dá. Para Pessoa, a língua portuguesa que é a *sua* pátria, não é a língua na sua identidade total, mas apenas uma forma concreta de escrever a língua: a grafia que ele usa e que a lei (o acordo ortográfico da altura, 1911) lhe diz para alterar. Assim, desconsoladamente, para muitos, o sentido da frase de Pessoa não é “minha pátria é (toda) a língua portuguesa”, mas apenas “minha pátria é (a forma que eu uso para escrever) a língua portuguesa”. Veja-se o excerto completo onde Pessoa/Bernardo Soares explica o que entende pela *sua* língua portuguesa:

odeio, com odio verdadeiro, com o unico odio que sinto, não quem escreve mal portuguez, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escripta, como pessoa própria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiße.

Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-m'a do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.» (Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*, Vol. 1, pp. 16-17)

Tantas vezes se altera e deturpa o sentido que Pessoa quis que a afirmação transmitisse. E o curioso e irónico é que, também tantas vezes, esta frase costuma ser empregue para justificar exatamente o contrário da finalidade com que foi usada por Pessoa⁴. Ele utilizou-a para assumir como pátria a forma ortográfica que ele usava e odiar “com ódio verdadeiro [...] a orthographia simplificada, [...] a “orthographia sem ípsilon”; no entanto, nas últimas polémicas sobre o Acordo Ortográfico 1990, a frase pessoana costuma ser esgrimida para defender o sistema de escrita pré Acordo Ortográfico 1990, ou seja, nas palavras do próprio Pessoa, a tal “orthographia simplificada, [...] a “orthographia sem ípsilon” que ele considerava “escarro directo que [o] enoja[va] independentemente de quem o cuspiße”.

Pessoa não escrevia como escrevemos hoje, quer usemos o último acordo ou a anterior forma. Em Pessoa, “Pátria” e “língua” aparecem sem acento; “portuguez” é escrito com z, mas “portuguesa” com s; “incomodassem, orthographia, escripta, syntaxe” e outros termos que nos

⁴É interessante reparar em desabafos como o seguinte, encontrado num conhecido sítio da internet sobre questões de língua portuguesa: «Minha pátria é a língua portuguesa.» Sempre gostei muito desta frase. É verdade, porém, que, ao ler o contexto em que Fernando Pessoa a escreveu, uma grande desilusão, em relação ao poeta, trespassou o meu coração. <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/correio/minha-patria-e-a-lingua-portuguesa/23183>>

causam estranheza é que ilustram a forma da escrita de Pessoa, ou seja, é que são a “pátria” que ele não quer ver invadida pela nova forma de escrita. Por isso, para quem pensa que a única forma “correta” de escrever em português é a que conhecem pré AO 1990, a escrita de Pessoa está cheia de “erros” que, no fundo, constituem a essência daquilo que ele considera ser a sua pátria⁵.

3.4. Meia-verdade 4. *O português foi e é a língua de Portugal*

Também é. Mas aceitar a pertinência do advérbio faz toda a diferença.

O português não é, hoje, mais de Portugal do que do Brasil, de Angola, de Moçambique, de Timor, etc. O português é de quem o fala e politicamente de quem o escolheu para língua oficial. O argumento de que “nasceu em Portugal” e, portanto, os portugueses têm direitos especiais de decidir como deve ser usado a nível internacional é absurdo. O local onde uma língua nasce não tem direitos especiais sobre ela nem determina a norma. Se assim fosse, o padrão da língua portuguesa deveria ser o galego ou minhoto-galego, o chamado galaico-português do Cancioneiro. Foi aqui que nasceu o português e não na zona de Lisboa que depois, sociologicamente, conseguiu impor a sua variedade como norma padrão.

A importância do português entre as línguas do mundo não está no facto de ser falada em Portugal, mas em ser uma língua usada em áreas dispersas do globo e de potencial económico e cultural muito grande, sobretudo na América do Sul e África.

Como diz Onésimo Almeida, o triunfalismo do “português é nosso” é muito prejudicial a uma realista política de língua que admita a realidade daquilo que ela é no mundo de hoje:

esqueçamos anacrónicos triunfalismos e encaremos com realismo os contextos e as realidades atuais. Se aqui e ali subsistem laivos de ufanismo imperial, talvez seja porque ainda nos não libertámos completamente de tal espectro. (Onésimo Almeida 2016, p. 138)

Os problemas com o próprio nome e significado do termo *Lusofonia* constituem um exemplo dos equívocos que resultam de ainda não se considerar que a língua não é mais de uns do que de outros. Para uns, o uso do termo é natural, porque, à semelhança de *francofonia* ou *anglofonia*,

⁵ Arnaldo Saraiva sintetiza as resistências que a passagem pessoana tem encontrado: “A frase do Livro do Desassossego já originou inúmeras citações ou adaptações, até de não-portugueses como o espanhol Javier Marías, o catalão Jorge Semprun, o suíço Michel Moret; e tem sido estudada, comentada, ampliada, contrariada por ensaístas (com destaque para Eduardo Lourenço e, há pouco, Osvaldo Silvestre), poetas ou prosadores. Entre eles, posso referir, a título de exemplo, José Saramago, que disse que a língua portuguesa é uma língua de várias pátrias; ou Eduardo Lourenço, que disse o mesmo e acrescentou: “uma língua não o é de ninguém, mas nós não somos ninguém sem uma língua que fazemos nossa”; ou Jorge de Sena, que disse: “a Pátria de que escrevo é a língua em que por acaso de gerações nasci”; ou Maria Gabriela Llansol, que disse: “o meu país não é a minha língua, mas levá-la-ei para aquele que encontrar”; ou Eduardo Prado Coelho, que disse: “A nossa pátria só será a língua portuguesa se for mais do que a língua”; ou o moçambicano Mía Couto, que disse: “a minha pátria é a minha língua portuguesa”; ou o brasileiro Ledo Ivo, que disse: “Minha pátria não é a língua portuguesa. Nenhuma língua é a pátria. Minha pátria é a terra mole e peganhenta onde nasci”; ou o brasileiro Caetano Veloso, que disse: “A língua é a minha pátria / E eu não tenho pátria, tenho mátria / E quero fratria”. (Saraiva 2010, pp. 21-22)

refere o todo e não a origem ou dominância de um país. Para outros, o termo é colonialista, porque destaca a dominância lusa, entendida como portuguesa. Se se aceitasse que todos que a falam são seus donos, questões menores, como as designações, seriam ultrapassadas. Como refere Onésimo Almeida

E se continuar a ser quase proibido utilizar a palavra *lusofonia*, que seja posta de lado mas que isso não constitua impasse. Sigamos essa tão portuguesa maneira de fazer de conta que não existe enquanto existe de facto. Por outro lado, que se faça o contrário da nossa tradição de chamar nomes pomposos às coisas e ficar-se por aí, sem mais nada. Sejam pragmáticos e façamos o que quer que seja permitido pelos laços que esta língua partilhada há 500 anos, para nosso bem e/ou mal, criou e que, por mais que queiramos, não poderemos evitar, pois se não há determinismos quanto ao futuro, existe um determinismo do passado na medida em que ele não pode ser apagado, visto já ter acontecido. (Onésimo Almeida 2016, p. 139)

3.5. Meia-verdade 5. *O português é uma língua internacional*

Claro que é, mas o suahíli e o guarani também são. Mas não é para a comparar com estas últimas que se costuma referir o carácter internacional do português, mas para a colocar no grupo do inglês ou espanhol.

Definir o que se deve entender por “língua internacional” (Smith, 1983; Mulinacci, 2016) é assunto que merece debate que agora e aqui não é possível fazer. Mas não é difícil de aceitar que uma verdadeira língua internacional terá que ser mais do que *polinacional* ou *multinacional* e funcionar como língua comum entre pessoas que não a possuem como língua materna. Ora o português não é hoje suficientemente usado nestas circunstâncias. Aliás, verifica-se frequentemente que, para além do inglês, a língua que costuma servir de língua comum entre um português e um estrangeiro é, muitas vezes, o espanhol, frequentemente usado por estrangeiros que a falam (e portugueses que não a falam) para se fazerem entender em português.

Nem sei se os falantes de português estão mentalmente preparados para aceitar o “português internacional”, que não pode coincidir nem com a norma portuguesa, nem com a brasileira, mas que terá que aceitar o contributo de todos os sítios onde a língua é falada (Mulinacci 2016; Santos 2016).

Como digo noutro sítio,

uma língua global não é apenas a “sua” língua nem a língua do “seu país” [...]. O português é a língua de todos os que a usam. E se nesses usos nem todos utilizarem exatamente os mesmos sons ou as mesmas palavras e se de cada canto do globo, do Brasil à Europa, da África a Timor forem chegando tons e matizes diferentes ao desejado português internacional, isso não significa perda, mas ganho: ganharemos uma verdadeira língua falada por centenas de milhões e que há 500 anos era apenas usada por um único milhão num pequeno pedaço de terra junto ao Atlântico. (Teixeira 2016, p. 13)

3.6. Meia-verdade 6. *O português é uma língua pluricêntrica*

Efetivamente o português é uma das línguas que se consideram como “línguas pluricêntricas”, na medida em que geograficamente se estende como língua oficial de países da Europa, América, África e Oceania. Esta característica não é de somenos importância, na medida em que a pluricentricidade acarreta um estatuto de importância às línguas. Tendo o mandarim e o hindi, por exemplo, muitos mais falantes que o português, o facto de serem línguas monocêntricas não lhes permite a dimensão internacional que o português tem ao ser falado como língua oficial de 8 países⁶.

No entanto, esta pluricentricidade não é completamente real. É que, na verdade, a nível de centralidade normativa, na prática, tem apenas funcionado a opção entre a norma portuguesa e a brasileira. É entre estas duas normas que são feitos os dicionários e gramáticas, as publicações didáticas de ensino do português língua não materna e as respetivas cadeiras nas universidades que têm o português como língua nos currículos.

Na verdade, porém, o português para retratar a situação em que atualmente se encontra terá que se apresentar como verdadeiramente policêntrico e para isso são imprescindíveis conhecimentos sobre a realidade da língua não só dos grandes países africanos que a usam como Angola e Moçambique, mas também dos outros, como a Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Timor.

3.7. Meia-verdade 7. *A palavra “saudade” não tem tradução*

Este é um dos mitos mais irritantes e sem sentido. Basta pegar num dicionário de Português-Qualquer língua para verificar que à frente da palavra “saudade” há tradução! Obviamente que não é este aspeto que habitualmente se quer referir, mas o de que “não há tradução perfeita” ou o de que a palavra não pode ser traduzida apenas por uma única nas outras línguas.

Isto é verdade, claro, para a palavra *saudade*, mas também é verdade para a palavra *tocar*, *ficar*, *ser*, *andar*, *alegre*, *triste*, *macambúzio*, *piropo*, *já*, enfim, para a maioria de (senão mesmo todas) as palavras de uma língua! Só o desconhecimento de como funciona o plano semântico-lexical das línguas permite admitir a ideia de que as palavras são equivalentes uma a uma, mas que há uma “especial” em português (*saudade*) que não tem a equivalência que todas as outras têm. Todos os que conhecem a noção saussureana (com mais de um século!) da língua como sistema de valores sabem que o significado/valores de uma palavra não tem equivalente perfeito em qualquer outra língua, exatamente porque o seu valor resulta da rede de relações entre ela e todas as outras dessa língua em que funciona.

⁶ O caso da Guiné Equatorial é diferente. Embora pertença à CPLP não é um país onde realmente se fale português.

A ideia da intraduzibilidade especial de *saudade*, que ainda hoje perdura, foi longamente suportada pelo chamado “saudosismo” filosófico sobre a cultura portuguesa (como todos sabem exponenciada por Teixeira de Pascoaes e outros intelectuais do início do século XX), elevando o conceito e a palavra a um plano quase místico. Esta perspetiva assenta no mito da “especificidade” do português e da identificação língua-cultura, muito em voga na época pela interpretação forte da hipótese de Sapir-Whorf.

A ideia da intraduzibilidade de *saudade* é tão falsa como (e baseia-se nela) a de que uma língua implica uma cultura específica. *A minha pátria é a língua portuguesa e da minha língua vê-se o mar* são sentidas e belas frases suportadas pelo mesmo substrato. A língua portuguesa é língua de várias culturas, de várias sociedades, de várias formas de pensar e de ver. Dela se pode ver o mar, mas também as montanhas, o capim, o sertão, o interior infinito no qual o mar é feito de terra firme.

Em jeito de ironia, costume dizer que faz mais sentido substituir a “teoria da saudade” pela “teoria do chouriço”: as palavras mais difíceis de traduzir são palavras como *chouriço/ chouriça/ língua/ alheira/ salpicão/ morcela* e outras do género. Para estas sim, é muito difícil arranjar tradução, quanto mais uma “tradução perfeita”...

3.8. Meia-verdade 8. *O português é “A língua de Camões”*

Também foi. Mas era outro português.

Claro que pode dizer-se que se trata de uma metonímia que identifica a nossa língua com um dos seus expoentes literários. Obviamente que nesta perspetiva é mais do que aceitável a identificação. No entanto, convém estar consciente que a realidade presente e futura da língua é muito mais do que o português literário do passado. Até porque, em rigor, nenhum de nós fala “a língua” que Camões falou. Se o poeta regressasse à terra, iria ter alguma dificuldade em entender-nos e talvez percebesse melhor o português brasileiro do que o nosso, europeu.

Se a metonímia se justifica como assunção da importância de Camões na história literária, ela começa a ser falsa quando sugere que a parte mais importante da língua é a sua forma literária, esquecendo o essencial do seu funcionamento: a comunicação do quotidiano, desde a coscuvilhice, à ciência e à técnica. São estas as dimensões que decidirão a sobrevivência das línguas. O português é, hoje, a língua que herdou os contributos de Camões e de toda a literatura portuguesa, mas também brasileira e africana. Mas é muito, muito mais do que isso. O português não é apenas uma língua do passado, nem sobretudo uma língua do passado. A ideia de sobrevalorizar o passado das línguas desagua na de pensar a língua como existindo na diacronia. Cada etapa diacrónica é estruturalmente independente (embora ligada) à realidade do seu uso sincrónico.

Estas considerações concetuais sobre o funcionamento histórico das línguas não podem ser menosprezadas, já que costumam implicar visões diferenciadas sobre as mesmas. A conceção de que uma língua é sobretudo o seu passado facilmente conduz à falsa ideia de que os falantes do país onde a língua nasceu têm direitos especiais e que os sítios para onde ela partiu devem imitar a forma de a usar no sítio onde nasceu. Esquece-se que a língua ganha foros de cidadania nos sítios em que se implanta. E é isso que a torna grande. A importância do português, hoje, não deriva de ter nascido por cá, mas de se ter implantado em variados outros locais e hoje ser também transmitida às gerações seguintes por mães e pais brasileiros, timorenses, angolanos, moçambicanos, entre outros.

3.9. (menos de) Meia-verdade 9. *Alterar a ortografia é alterar a língua portuguesa*

Tem sido, nos últimos trinta anos, o assunto socialmente mais debatido sobre a língua portuguesa. Por muito que os linguistas digam que é um não-assunto, desde os anos noventa do século XX até hoje, a polémica (melhor, a contestação) social não tem parado. E não se pense que é apenas entre as consideradas camadas menos cultas. É mais o inverso. A ideia que alterar a ortografia é “destruir a língua” é tão atual para a maior parte dos intelectuais de hoje como o foi para Fernando Pessoa⁷ aquando da mudança ortográfica de 1911.

A ideia consensual entre os contestatários (a esmagadora maioria da população que tinha aprendido o anterior sistema de escrita) é a de que alterar a ortografia é “destruir” a língua. A título exemplificativo, veja-se o que ainda muito recentemente (27/02/2018) um cronista habitual de um jornal nacional, Professor Catedrático da Universidade de Lisboa, escrevia sobre o assunto:

A semana passada foi marcada pela rejeição, pelo parlamento, da proposta do PCP de abandono do acordo ortográfico. Trata-se de decisão que demonstra bem a insensibilidade dos nossos deputados, uma vez que, perante o desastre que está a ser a aplicação deste acordo, o parlamento prefere ignorar o que se está a passar, assistindo pacificamente à destruição total da língua portuguesa. (Luís Menezes Leitão, “Uma decisão para lamentar”, *Jornal i*, 27/02/2018⁸)

Supostamente um Professor Catedrático de Direito, habituado (suponho) ao rigor e verdade das palavras que se devem usar, não hesita em dizer que mudar alguns pormenores na ortografia leva “à destruição total da língua portuguesa.” Repare-se no adjetivo quantificador da destruição: é *total*. E talvez seja, se o conceito que tem de língua portuguesa é o da sua forma pessoal de falar e escrever a língua e rejeitar qualquer variação, ainda que de pormenor. É que para algumas figuras da capital portuguesa, o português “da província” também é horrível, “soa mal”, não é o

⁷ Ver o que atrás se disse em 3. 3., “Minha pátria é a língua portuguesa” em que Pessoa identifica “língua” com “a minha escrita da língua”.

⁸ Disponível em <<https://ionline.sapo.pt/602187?source=social>>

“português das pessoas cultas”. Tudo o que não seja exatamente igual ao seu uso é considerado “dialeto”. Não o dizem sempre, mas é assim que consideram o português do Brasil, de Angola, Moçambique e de todos os países onde ele é língua de comunicação. Por isso é que, parecendo-lhes (falsamente) que o acordo ortográfico faz o português europeu ficar mais parecido com o do Brasil, lhes parece que a “sua” língua se transformará num “dialeto”:

Porque de facto, com este acordo ortográfico, o português europeu está a transformar-se num estranho dialecto, com regras escritas incompreensíveis, que se afastam da sua etimologia e das restantes línguas latinas. (Luís Menezes Leitão, “Uma decisão para lamentar”, *Jornal i*, 27/02/2018)

Preocupa mais estas almas tão conscienciosas da suposta defesa da língua o facto de a escrita conservar algumas consoantes que já não se leem do que o uso claro e a expressão correta. Se assim não fosse, o autor não confundiria “regras escritas” com “regras sobre a escrita” que com certeza era o que queria dizer. E o que quer argumentar quando refere “regras escritas incompreensíveis, que se afastam da sua etimologia”? Quererá dizer “este acordo afasta a escrita das palavras da sua etimologia?”. Talvez seja isto. Mas o desconhecimento dos termos e da forma sobre a simples construção de uma frase para a sua argumentação já diz muito dos conhecimentos linguísticos em que assenta a sua opinião. Bastam conhecimentos básicos sobre a relação entre a escrita e a etimologia para saber que a função daquela não é apenas a de mostrar os caminhos desta última. Se quisesse mesmo uma escrita etimológica, então devia escrever, como antes de 1911, *pae*, *cysne*, todos os ph em vez de f; será que sabe que, a respeitar a etimologia, uma palavra como *árvore* deveria ser *árvore* e *erva* deveria ser *herba*? O sentimento resultante de “eu aprendi a escrever assim e agora não mudo” é humanamente compreensível e aceitável. Por isso é que todos os acordos ortográficos têm um longo período de transição, para que quem, pessoalmente⁹, não quisesse mudar, não mude. A escrita da nossa língua é para nós uma marca visual afetiva que custa alterar por razões emotivas. Mas assumam-se que não se quer mudar por causa de se defender a si próprio e não por causa de defender a língua (mudar custa e aprender um novo sistema de escrita também).

3.10. Meia-verdade 10. *O futuro da língua portuguesa está no Brasil*

Como se costuma dizer, é difícil fazer previsões... sobretudo para o futuro. Mas mantendo-se as atuais tendências demográficas, África terá a maioria dos falantes de português no fim deste século XXI (Tabela 2).

⁹ A mudança ortográfica, porque é lei do estado, só é obrigatória em usos oficiais.

Tabela 2. População, em milhões, dos países de língua portuguesa em 2100 (World Population Prospects)

País	Habitantes	% falant. pt
Angola	97,34	22,96%
Brasil	194,53	45,90%
Cabo Verde	0,55	0,13%
Guiné Bissau	5,63	1,32%
Guiné Equatorial	2,42	0,57%
Moçambique	111,02	26,43%
Portugal	7,46	1,75%
São Tomé e Príncipe	0,57	0,13%
Timor-Leste	3,26	0,77%
Total	423,77	

No entanto, o Brasil é e será muitíssimo importante na implantação do português como língua global, sobretudo na luta para defender a sua norma culta perante outras formas de falar muito afastadas dessa mesma norma.

É evidente o afastamento linguístico que no Brasil ocorre entre as duas formas de usar a língua. Basta reparar na conjugação verbal. Enquanto no português brasileiro dito “culto” a conjugação é praticamente idêntica à europeia (a forma 2.^a pessoa do plural já foi substituída pela 3.^a nas duas normas) na realização não culta (em que alguns querem ver o verdadeiro brasileiro) existem apenas duas formas:

Eu falo

Tu/Você/Ele/Nós/A gente/Vocês/Eles fala

A maior ameaça de fragmentação do português acontece entre o português padrão do Brasil (vamos supor que há apenas um) e o português “popular” das franjas menos escolarizadas do mesmo Brasil. O português como língua multinacional e internacional depende muito do imenso Brasil e da generalização da norma culta do PB (Português Brasileiro). Na verdade, existe virtualmente a possibilidade de uma opção política que acabasse por criar uma nova língua a partir da fala popular do Brasil. Seria, sim, um verdadeiro brasileiro, bastante diferente do português brasileiro, já que este é entendido como a variante culta brasileira do português.

4. Para terminar

Se há decálogos para orientarem, este, que para trás fica, serve muitas vezes para desorientar. Não são mentiras ou falsidades completas, mas meias verdades que, embora sempre usadas com boas intenções, acabam, em não raras ocasiões, por acarretar dificuldades a uma política de língua que tem de lidar com histórias recentes de colonização, de afirmação de novos espaços

que escolheram o português como língua oficial e simultaneamente com outros grandes grupos linguísticos que possuem maior peso no mundo global em que nos inserimos.

Defender o português não passa tanto por usar frases poéticas e grandiloquentes fincadas numa visão eurocentralista da língua, mas assumir aquilo que são as mais-valias do português atual: uma língua de certa forma internacional e pluricêntrica, de grande potencial cultural, demográfico e económico, que tem de ter orgulho em ter sido a língua de Camões, mas também a de Luandino, Drummond de Andrade e de todos os que a usam nas fofuques da internet ou para escrever ciência. De todos os que querem fazer dela a língua mãe ou apenas uma língua segunda.

Referências bibliográficas

- Almeida, O. (1987). Sobre o sentido de a minha pátria é a língua portuguesa [Pessoa-B. Soares], *Colóquio/Letras*, n.º 97, 37-47.
- Almeida, O. (2016). Algumas reflexões sobre lusofonia – o que ela não pode, nem deve ser. In J. Teixeira (org.). *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades* (pp. 129-139). Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.
- Ferreira, V. (1999). A Voz do Mar. *Espaço do Invisível* 5. Lisboa: Bertrand.
- Leão, A. C. (1922). Camilo e o povo fora dos dicionários (subsídios para o léxico português). Lisboa: Tip. Diário de Notícias.
- Mulinacci, R. (2016). Não falem português, falem inglês. Algumas notas sobre a noção de português como “língua internacional”, in J. Teixeira (org.). *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades* (pp. 103-128). Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.
- Reto, L. (2012). *O Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Leya.
- Santos, D. (2016). Português internacional: alguns argumentos. In J. Teixeira (org.), *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades* (pp. 49-66). Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.
- Saraiva, A. (2010). Minha Pátria é a língua portuguesa. *Acta Semiótica et Lingvística*, Vol. 15, Ano 34, N.º 1.
- Smith, L. E. (1983). *Readings in English as an International Language*, Pergamon Press.
- Teixeira, J. (2016). O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades: Introdução. In J. Teixeira (org.). *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades* (pp. 7-13). Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.
- Teixeira, J. (2016). Português, língua de ciência? In J. Teixeira (org.). *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades* (pp. 175-190). Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.
- Teixeira, J. (2018). De todas as línguas se pode ver o mar: O Português e as línguas globais. In H. Barroso (org.). *O Português na Casa do Mundo, Hoje* (pp. 133-153). Editora Húmus. <<http://hdl.handle.net/1822/54979>>



pelos mares da
**língua
portuguesa 4**

EDS.

ANTÓNIO MANUEL FERREIRA
CARLOS MORAIS
MARIA FERNANDA BRASETE
ROSA LÍDIA COIMBRA





pelos mares da
**língua
portuguesa 4**

EDS.

**ANTÓNIO MANUEL FERREIRA
CARLOS MORAIS
MARIA FERNANDA BRASETE
ROSA LÍDIA COIMBRA**



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Pelos Mares da Língua Portuguesa 4

EDITORES

António Manuel Ferreira
Carlos Moraes
Maria Fernanda Brasete
Rosa Lúcia Coimbra

EDITORIA

UA Editora
Universidade de Aveiro
Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

EDIÇÃO

1.^a edição – dezembro de 2019

ISBN

978-972-789-624-0

GRAFISMO

Grafismos sobre uma imagem criada por Álvaro de Sousa
Arranjo gráfico de Diogo Henriques

APOIOS

